

CORREIO DE CAMPINAS

Câmara Municipal de Campinas



No encontro deverá haver a apresentação dos custos

Câmara debate contrato e operação da coleta de lixo I

A Câmara Municipal realiza às 10h desta nesta segunda-feira (16), às 10 horas, a 6ª reunião da Comissão Especial de Estudos destinada a avaliar e debater a gestão e o gerenciamento de resíduos sólidos na cidade. Com o tema “Operação, Contratos Vigentes e Perspectivas Administrativas dos Serviços de Coleta e Manejo de Resíduos Sólidos em Campinas”, a comissão receberá o engenheiro Alexandre Gonçalves, representante da Secretaria Municipal de Serviços Públicos. Segundo o presidente da Comissão, vereador Wagner Romão (PT), serão apresentados contratos vigentes para a execução de serviços de coleta e manejo de resíduos.

operação da coleta de lixo II

Serão apresentadas ainda informações sobre eventual renovação ou novos encaminhamentos administrativos em curso. Além disso, deverá haver a apresentação dos custos atualmente praticados e da estrutura de financiamento da operação de encaminhamento de resíduos até um aterro em Paulínia. “Nosso objetivo é compreender em detalhes como está organizada a operação hoje”, afirma Romão.

Unimed Campinas



Cooperativa foi homenageada pela Prefeitura

Emprego de mulheres I

Com 1.573 mulheres entre os 2.031 colaboradores (77% do quadro funcional), a Unimed Campinas se destaca como uma das instituições que mais empregam mulheres na região metropolitana. Por isso, a cooperativa foi homenageada pela Prefeitura com o Selo Empresa Amiga da Mulher. “É uma conquista que muito nos honra, especialmente por representar uma parte essencial do nosso Programa de Diversidade e Inclusão”, afirma o presidente dr. Gerson Muraro Laurito.

Emprego de mulheres II

Com um quadro majoritariamente feminino, a Unimed Campinas também se destaca pela presença de mulheres em posições estratégicas: 72% dos cargos de supervisão, coordenação, gerência e superintendência são ocupados por elas. A cooperativa conta inclusive com um programa interno intitulado “Lidera: um momento só nosso”, para ampliar a diversidade.

PINGA-FOGO

De mal a pior I

“É possível piorar o transporte em Campinas? Vejam o currículo da empresa que está chegando”, pontua a vereadora Mariana Conti (PSol) citando a Nova Via Transportes e Serviços, que compõe o Consórcio Grande Campinas, vencedor do leilão do Lote Norte, e que pediu rescisão do contrato em Santa Bárbara

De mal a pior II

“No ano passado, a empresa tentou chantagear a prefeitura, com redução de frota e ameaça de suspensão dos serviços, para que o poder público aumentasse a tarifa de remuneração para R\$10,75 (valor da catraca + subsídio). Além disso, deu calote no salário dos funcionários”, afirma a parlamentar

De mal a pior III

“As empresas que ‘atendem’ o transporte público de Campinas são péssimas, e os serviços, terríveis, mas infelizmente a nova licitação não irá resolver nossos problemas”, opina a vereadora. O atual modelo, em que o poder público transfere milhões em subsídio, é um modelo falido”, acrescenta.

Inutilidades I

Embora os vereadores tenham uma função objetiva, que é de elaborar leis de interesse local, além de fiscalizar o Poder Executivo, monitorando a aplicação do orçamento público pela Prefeitura, há parlamentar em Campinas que decidiu reinventar a roda, propondo leis para finalidades que já dispõem de regramento.

Inutilidades II

Uma delas, por exemplo, é a que estabelece normas para uso de praças para realização de eventos e feiras livres. Mas, isso, a Setec (autarquia responsável pelo solo público campineiro) já faz. O projeto chega a propor que o espaço público permaneça como bem de uso comum do povo

Inutilidades III

Mas, não é disso do que se trata uma praça? Não é ela justamente um bem de uso comum do povo, ainda que possa abrigar algum comércio? Campinas realmente precisa desse tipo de proposta? Ou determinados vereadores não deveriam se debruçar sobre o que importa?



Gilberto Kassab (PSD-SP) engrossa questão municipalista

Críticas ao Pacto Federativo une prefeitos

Municípios assumem demandas sem verbas correspondentes

Raquel Valli

Divisão desigual de responsabilidades gerada pelo pacto federativo. Esta foi a principal queixa dos prefeitos na sexta edição do “Conexão” - evento promovido pela Associação Paulista de Municípios (APM), que reuniu gestores das 92 cidades da Região Administrativa de Campinas no Prédio do Relógio, no complexo do Pátio Ferroviário campineiro.

O prefeito de Campinas e anfitrião, Dário Saadi (Republicanos-SP), destacou o desequilíbrio financeiro em áreas como saúde, segurança e mobilidade, enfatizando que os municípios assumem demandas crescentes sem o suporte proporcional da União.

“Há 20 anos, Campinas destinava 25% de todo o recurso que era aplicado no SUS municipal. Mas, hoje, a verba do município, que é do IPTU e do ISS, corresponde a 70%, 75%. Houve uma inversão do financiamento da Saúde”. O prefeito de Hortolândia, Zezé Gomes (Republicanos-SP), reforçou a necessidade de descentralização ao afirmar: “queremos mais autonomia com os nossos impostos, e que o governo federal e o estadual também façam investimentos maiores nas cidades, principalmente naquelas que mais necessitam”.

Já o secretário de relações institucionais de São Paulo, Gilberto Kassab (PSD-SP), pontuou

que “a questão das receitas dos municípios é o que há de mais importante para que eles não continuem dependentes de emendas parlamentares, de transferências do governo estadual e de transferências do governo federal”.

Durante o encontro, o vice-presidente da APM e ex-prefeito de Jaguariúna, Gustavo Reis (PSD-SP), palestrou sobre a Reforma Tributária e criticou a atual estrutura de arrecadação.

“Ser municipalista é defender que o dinheiro fique na origem. Não faz sentido o imposto sair da cidade, viajar até a capital federal e retornar carimbado ou, muitas vezes, nem retornar. Quando defendemos uma reforma justa, estamos garantindo que a prefeitura tenha fôlego para investir naquilo que você vê ao abrir a janela”. Neste sentido, o secretário de finanças de Campinas, Aurílio Caiado, defendeu que o controle municipal sobre o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) seja mantido, visto que o ISS gera R\$ 1,7 bilhão anuais para a metrópole e será unificado ao ICMS a partir de 2027.

A pauta incluiu ainda pedidos de verbas federais para a assistência a pessoas com espectro autista e para o enfrentamento de crises climáticas, além da defesa pela ratificação do Marco Legal do Transporte Coletivo para evitar que as prefeituras arquem isoladamente com os custos de mobilidade.